

1985-1987 — Treinador da equipa sénior masculina de voleibol do Instituto Superior de Educação Física.
1980-1992 — Assistente, Faculdade de Motricidade Humana.

Currículo científico — publicação de 3 livros, 15 capítulos de livros, 12 artigos em actas de conferências nacionais e internacionais, 27 artigos em revistas internacionais indexadas no SCI, 22 artigos em revistas nacionais e internacionais com arbitragem científica, 12 artigos em revistas de divulgação científica e 76 resumos em revistas nacionais e internacionais com arbitragem científica. Participação como conferencista convidado em 15 conferências internacionais e 87 nacionais. Orientação de 10 teses de doutoramento e 45 teses de mestrado. Revisor científico de 5 revistas internacionais.

Gabinete do Ministro da Presidência

Despacho n.º 18 133/2005 (2.ª série). — Considerando a natureza das atribuições do Instituto do Desporto de Portugal, em que, para além do desempenho do presidente, as funções dos vice-presidentes devem ser exercidas por individualidades de reconhecido mérito e relevante experiência na área do desporto;

Considerando, assim, a experiência e o perfil profissional na Administração Pública, nomeadamente na área do desporto, são nomeados, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º, n.º 3, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de comissão de serviço, vice-presidentes do Instituto do Desporto de Portugal os licenciados João Manuel Cravina Bibe e Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha, com efeitos a 1 de Agosto de 2005.

29 de Julho de 2005. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Secretaria-Geral

Declaração n.º 178/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro e nos termos conjugados do artigo 3.º do mesmo diploma e do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, torna-se público que, por despacho de 25 de Julho de 2005, o Primeiro-Ministro declarou a utilidade pública da Ciência Viva — Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com sede em Lisboa.

11 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 134/2005 (2.ª série). — Por despacho do director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) de 4 de Julho de 2005, com a anuência da directora-geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, de 5 de Julho de 2005:

Ana Raquel Lopes Serrão Iglésias, técnica de informática de grau 1, nível 2, escalão 3, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social — requisitada ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, com efeitos reportados a 15 de Julho de 2005.

9 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 135/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Julho de 2005, com a anuência do presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, S. A., de 20 de Julho de 2005:

Cristiano José Rodrigues dos Santos Rodrigues, assistente administrativo principal do quadro de pessoal do Hospital de Santa Marta, S. A. — transferido para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a mesma categoria e vínculo, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 136/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Presidência de 29 de Julho de 2005:

Licenciado José Eduardo Cabral Cordovil — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como vice-presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso das competências conferidas pelo despacho n.º 13 622/2005

(2.ª série), de 7 de Junho, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 137/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Presidência de 29 de Julho de 2005:

Licenciado Eduardo Borges Pereira — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como vice-presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso das competências conferidas pelo despacho n.º 13 622/2005 (2.ª série), de 7 de Junho, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 18 138/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Presidência de 29 de Julho de 2005:

Licenciado José Manuel Marques Constantino da Silva — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como presidente do Instituto do Desporto de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no uso das competências conferidas pelo despacho n.º 13 622/2005 (2.ª série), de 7 de Junho, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 608/2005. — Atendendo a que, por força da reorganização projectada para a área da cooperação portuguesa, foi recentemente exonerado o presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e considerando que a dinâmica pretendida para aquele instituto público não se compatibiliza com uma vacatura, ainda que provisória, daquele cargo:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no artigo 8.º dos Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, é nomeada, por urgente conveniência de serviço, em regime de substituição, a licenciada Maria Inês de Carvalho Rosa como presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, cargo para o qual detém as necessárias qualificações, conforme resulta da nota curricular anexa.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005.

29 Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *João Titterington Gomes Cravinho*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, no uso de competência delegada.

Nota biográfica

Dados pessoais:

Nome — Maria Inês de Carvalho Rosa;
Data de nascimento — 19 de Abril de 1961;
Naturalidade — Dakar (Senegal).

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia pela Universidade de Brasília (Brasil) com equivalência em Portugal (15 valores);
Bom domínio das línguas inglesa e espanhola, tanto oral como escrito, e bons conhecimentos de francês.

Experiência profissional:

Experiência como técnica superior no extinto Secretariado para a Integração Europeia (SIE) desde Abril de 1983, ingressando, após concurso público, no quadro deste organismo em 1 de Julho de 1985 como técnica superior de 2.ª classe, desempenhando funções relacionadas com a preparação das negociações para a adesão de Portugal às Comunidades Europeias nos seguintes capítulos:

União aduaneira e livre circulação de mercadorias;
Relações externas da Comunidade;
Relações Portugal-Espanha;

Com a integração do SIE no Ministério dos Negócios Estrangeiros, transitou para o quadro deste Ministério, ocupando, a título interino, desde 9 de Agosto de 1988, um lugar de técnica superior de 1.ª classe neste mesmo quadro;

Após a adesão, e já na Direcção-Geral das Comunidades Europeias, as principais actividades desempenhadas relacionaram-se com o tratamento das seguintes matérias:

União aduaneira;
Sistema de preferências generalizadas;
Cooperação para o desenvolvimento;
Relações CEE — América Latina;

Nomeada chefe de divisão da Direcção de Serviços das Relações Externas em 1 de Janeiro de 1992;

Durante a Presidência Portuguesa do Conselho (1.º semestre de 1992), ocupou-se da coordenação dos trabalhos dos seguintes grupos do Conselho:

América Latina, onde assumiu o papel de porta-voz nacional;
Ásia;
Cooperação para o Desenvolvimento;
Ambiente e desenvolvimento (preparação da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro);

Promovida a técnica superior de 1.ª classe, após concurso, em 26 de Março de 1993;

Nomeada adjunta do Secretário da Cooperação do XII Governo Constitucional, em Novembro de 1992, tendo exercido funções até 27 de Outubro de 1995;

Reassumiu, seguidamente, a chefia de divisão na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, ocupando-se dos seguintes temas:

Investigação científica e tecnológica;
Política europeia face às pequenas e médias empresas;
Indústria europeia de armamento;

Nomeada directora de serviços dos Assuntos Comunitários para a Cooperação do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) em 23 de Setembro de 1996. As funções de chefia nesta direcção de serviços passam pela coordenação interna e posterior defesa, no âmbito da UE, das posições portuguesas em matéria de política comunitária de cooperação para o desenvolvimento. Ocupou-se, igualmente, das negociações para o novo acordo de parceria EU/ACP, que veio a substituir a Convenção de Lomé;

Em 1 de Janeiro de 2000 foi nomeada membro da *task-force* criada pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Amado, para coordenar a Presidência Portuguesa da União Europeia na área da cooperação para o desenvolvimento;

Promovida a assessora principal em 7 de Novembro de 2000;

Nomeada directora de serviços dos Assuntos Comunitários e Multilaterais do ICP em 26 de Junho de 2001, juntando às suas anteriores funções a da coordenação da restante cooperação para o desenvolvimento multilateral (v. g., Comité da Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, PNUD, CPLP e Cimeiras Ibero-Americanas);

Nomeada directora de serviços dos Assuntos Comunitários e Multilaterais do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) em 15 de Junho de 2003;

Nomeada vogal do conselho directivo do IPAD em 16 de Setembro de 2004.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 609/2005. — Pelo Decreto Regulamentar n.º 3-A/2005, de 31 de Maio, foi decidido criar a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, como um serviço central executivo da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa, sob a direcção do Ministro da Saúde, incorporando o Departamento de Modernização e Recursos da Saúde.

A reestruturação e a reorganização da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde têm assim em conta as linhas programáticas apontadas no Programa do Governo, tanto para o sector da Administração Pública como para o da saúde, e pretendem atribuir a este serviço central um papel integrador e dinamizador na orgânica geral do Ministério da Saúde por forma a reforçar a ligação entre a sociedade e

os serviços do Ministério da Saúde, bem como garantir uma mais profícua articulação institucional entre o vasto conjunto de organismos e estabelecimentos, quer a nível central, quer em termos regionais.

Considerando que pelo perfil e experiência profissional, evidenciados ao longo da sua carreira, o licenciado Rui Manuel Andrade Gonçalves possui as qualidades adequadas à orientação da nova estratégia definida para a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, dando sequência a uma política de simplificação e racionalização, optando-se por um modelo mais moderno e adequado de organização dos serviços por forma a garantir eficácia, eficiência e qualidade da sua gestão num contexto de acrescido rigor e contenção orçamental, assegurando o reforço da componente tecnológica e da informação, conforme estabelece a Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Assim, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 2.º, do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugados com o artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 3-A/2005, de 31 de Maio, é nomeado o licenciado Rui Manuel Andrade Gonçalves, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo, do qual faz parte integrante, para desempenhar, em comissão de serviço, as funções de secretário-geral da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

A presente nomeação produz efeitos desde o dia 1 de Julho de 2005, assim se dando por finda a comissão de serviço para que havia sido nomeado para o exercício de funções de director-geral do Departamento de Modernização dos Recursos da Saúde.

30 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Rui Manuel Andrade Gonçalves, natural de Peso da Régua, nascido em 28 de Junho de 1943, casado, dois filhos, residente em Lisboa.

1 — Situação profissional actual — técnico superior do IAPMEI (pertence ao quadro desde 1990; categoria contratual: chefe de departamento).

2 — Formação académica:

Curso de Administração Social de Empresas, Instituto de Estudos Sociais, Lisboa, 1972;

Licence em Sociologia, Universidade de Paris VIII, 1975;

Diplome d'Etudes Supérieures Spécialisés, área de Desenvolvimento Agrícola, 3.º ciclo universitário pós-licenciatura, IEDES, Universidade de Paris I, 1976;

Diplome d'Études Approfondies, área de Sociologia e Economia Rurais, 3.º ciclo universitário pós-licenciatura, Universidade de Paris X, 1978.

3 — Actividade profissional:

Assessor da direcção para assuntos de dinamização do conhecimento na óptica do tecido empresarial, Conselho Empresarial do Centro, 2004-2005;

Técnico superior do IAPMEI, auditoria, 2003-2004;

Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério do Planeamento, 2001-2003;

Coordenador do GdA-fP (equiparado a subdirector-geral, em regime de requisição ao IAPMEI), PEDIP, Ministério da Economia, para gestão da componente FSE, 1996-2001;

Chefe de departamento, IAPMEI, Ministério da Economia, para gestão da componente formação profissional, 1990-1996;

Especialista de formação profissional, na área de formação em gestão, CTT, Direcção-Geral de Telecomunicações, 1985-1990;

Actividade liberal de consultoria na área de gestão da formação, 1984-1990;

Associado de investigação (bolseiro), Serviço de Ciência, Fundação Gulbenkian, 1983;

Associado de investigação (investigador assistente), Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1979-1982;

Professor de Língua e Civilização Portuguesas, área consular de Versailles, França, 1975-1979;

Animador cultural para a comunidade portuguesa, Câmara Municipal de La-Ferté-Alais, França, 1974-1975;

Técnico de análise de profissões, Serviço Nacional de Emprego 1972-1973.

4 — Experiência profissional — para além das experiências em estudos do trabalho, dinamização da cultura portuguesa junto de comunidades de emigrantes e de investigação em domínios de sociologia e economia rurais, a experiência profissional mais recente focalizou-se nos domínios de formação profissional, gestão e modernização organizacional. Inerente a diversas funções, assegurou representação institucional e participação em diversos grupos de trabalho, em contexto nacional e internacional.